

CEDI

Povos Indígenas no Brasil

Fonte: A Jarda

Class.: Revista 149

Data: 03/01/92

Pg.: _____

Posseiros e índios estão em conflito em Mirandela

Mirandela — A falta de uma fórmula adequada para a reforma agrária no Brasil vem provocando lutas constantes entre índios e posseiros. Insatisfeitos pelos brancos terem tomado suas terras, os índios reivindicam o que lhes pertence. Os pequenos posseiros, sem ter para onde ir, não querem perder as terras invadidas, onde já construíram casas e vivem das plantações. Esta briga, que acontece ao longo dos anos está intensificada no povoado de Mirandela, durante esta última semana.

Os posseiros se negam a deixar as suas casas, enquanto o governo não garantir o pagamento, ou seja, a indenização dos seus bens. O governo, por sua vez, garante que não tem dinheiro para todo o pagamento. Enquanto a solução não acontece, índios e posseiros vivem em clima de conflito e tensão em Mirandela.

Desde 84, três mortes já aconteceram. A primeira foi de um índio em 1984, em 89 outra morte de índio, e esta semana uma índia grávida acabou perdendo seu filho, após a derrubada de sua casa. Para acalmar a situação, a Polícia Federal foi garantir a segurança dos moradores. Mas o vice-presidente da Associação Nacional de Apoio ao Índio (ANAI), José Augusto Sampaio, teme pela saída deles. "Essa é uma solução que garante a paz por uns dias, mas depois que os policiais deixarem o local o conflito retorna a sua origem".

BRIGA ANTIGA

Em 1700, o governo português definiu para usufruto de índios e jesuítas 12.320 hectares das terras. Lá, eles viveram em comunidade até 1759, quando os jesuítas foram expulsos do Brasil. Desde então, a invasão pelos brancos começou, e os índios acabaram perdendo a delimitação das suas terras.

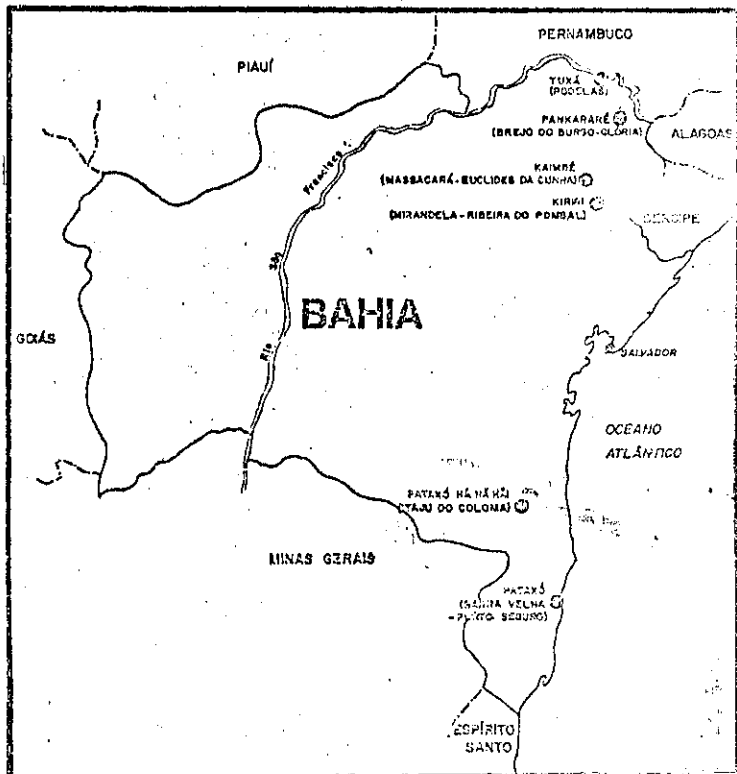
A briga manteve-se durante esses anos e se tomou mais intensa a partir do começo deste século, quando os índios foram dispersos pela Guerra de Canudos. "Muitos seguiram Antônio Conselheiro, e as terras ficaram abandonadas", diz José Sampaio.

Os marcos dos limites foram derrubados com os anos, e os índios que ficaram se orientavam por casas e troncos de árvores. Em 1981, a Fundação Nacional de Apoio ao Índio (Funai) resolveu fazer um mapeamento e demarcou novamente as terras dos kiriris. Na época, ficou constatada a existência de sete povoados de posseiros.

O foco de conflito recomeçou em 1983, quando os índios com as terras demarcadas ocuparam a Fazenda Picos e obrigaram os colonos a deixar o local. "Os colonos se deram conta de que o dono fraudulento, Arthur Miranda, não tinha a força que eles pensavam ter, porque os índios demonstraram determinação por recuperar o que lhes pertencia", garante José Sampaio.

Em 89, uma enchente na cidade destruiu várias casas de posseiros, e a Funai aproveitou para cadastrar 1.200, que foram indenizados, pois foram considerados benfeitores de boa-fé. "Em geral, não se indeniza terra tomada, mas quando fica constatada a boa-fé de posseiros pobres, a regra é diferente", explica José Sampaio.

Mas os posseiros sem o reassentamento de terras pelo governo permaneceram no local. Os entraves continuaram e tendem a piorar, enquanto não for elaborado



um plano correto de reforma agrária que reassente os posseiros pobres.

CONFLITOS

12.12 — A Funai foi negociar a indenização de casas de posseiros, e eles se recusaram a receber o dinheiro, porque acharam pouco.

13.12 — Os posseiros se organizaram e declararam guerra contra a Funai e os índios.

14.12 — Os posseiros ameaçaram agir.

15.12 — Derrubada de uma casa indígena.

16.12 — Revolta indígena e preparação para a luta

17.12 — Uma casa da Funai foi derrubada pelos posseiros

18.12 — Um prédio escolar foi destruído e o material da escola queimado.

19.12 — A índia que morava na casa derrubada perdeu o filho que estava esperando.

O clima tenso obrigou a intervenção da Polícia Federal, que foi dar assistência às famílias residentes em Mirandópolis.

Mirandela é um povoado localizado no centro da reserva indígena dos kiriris. Antiga aldeia dos jesuítas, os índios querem de volta as terras para retomar a sede. "É uma importância histórica para eles. Além disso, vão formar uma cidade habitada somente por índios, no caso da expulsão dos posseiros", destaca José Sampaio.

IMPASSE

Os posseiros garantem que só se retiraram depois que o governo pagou a indenização de todos os bens. Isso é praticamente impossível a curto prazo. Os índios que vivem no município de Banzaê são um estorvo para os políticos. Em 92, teremos eleições, e o prefeito atual de Banzaê

é Edval Calazans de Macedo, segundo José Sampaio, um inimigo direto dos índios. "Em 84, ele esteve envolvido diretamente na morte de um índio, não é bem visto pela comunidade". Ele alerta também que justamente pelos interesses políticos de não tomar Banzaê uma cidade indígena, os conflitos tendem a "esquentar".

Os índios falam português e vivem como sertanejos, trazem contido uma bagagem cultural, uma tradição que é expressa através de rituais. "Isso incomoda os vizinhos, que não sabem viver em contato com eles. Para ser índio, não precisa ter um diploma, basta ter uma cultura diferenciada dada nossa sociedade e saber conviver com os demais", salienta José Sampaio.

Os índios na Bahia estão divididos em seis grandes tribos: Pataxós e Pataxós Há Há Há, no extremo sul; na região nordeste estão concentradas duas tribos Kiriris e Kaimbés, e na região do São Francisco estão concentrados os Pankarés e Tuxás.

Pataxós — oito aldeias
Há Há Há — quatro aldeias
Kiriris — cinco aldeias
Kaimbés — quatro aldeias
Pankarés — sete aldeias
Tuxás — duas aldeias

A estimativa de índios na Bahia, de acordo com a coordenadora da ANAI, Lúcia Mascarenhas, é de uma população de 10 a 12 mil. "Atualmente, a gente encontra mais índio baiano em São Paulo do que aqui", constata ela, que está preocupada com o êxodo dos índios.

Na Bahia, eles vivem como pequenos camponeses, falam português e vivem das plantações de feijão, milho e mandioca. O principal problema deles é a falta de terras. "Além disso, são muito discriminados pelo seu modo de vida", diz Lúcia, e "vivem em conflito permanente pela posse da terra em todas as regiões".